



V. 06, N.12 Nov./Dez. 2022

**O OLHAR DE PAIS DE ESTUDANTES SURDOS ACERCA DO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE SEUS FILHOS NO CONTEXTO DA  
ESCOLA REGULAR**

**THE EYES OF PARENTS OF DEAF STUDENTS ABOUT THE PROCESS  
OF INCLUSION OF THEIR CHILDREN IN THE CONTEXT OF REGULAR  
SCHOOL**

**LOS OJOS DE LOS PADRES DE ESTUDIANTES SORDOS SOBRE EL  
PROCESO DE INCLUSIÓN DE SUS HIJOS EN EL CONTEXTO DE LA  
ESCUELA REGULAR**

**Christiane Honorato Taverna**

 <https://orcid.org/0000-0002-4964-6924>

**Rita de Cássia Soares Duque**

 <https://orcid.org/0000-0002-5225-3603>

**Alcione Santos de Souza**

 <https://orcid.org/0000-0003-4562-5111>

**Luciano Gomes Soares**

 <https://orcid.org/0000-0003-1643-4287>

**Miriam de Andrade Brandão**

 <https://orcid.org/0000-0002-8464-3067>

**Iran Alves da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0001-8723-7075>

**Jeronima Rodrigues da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0001-9931-2191>



**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no contexto da escola regular, de modo a refletir sobre as políticas públicas de inclusão para pessoas surdas, como também analisar como os pais de estudantes surdos veem o processo de inclusão de seus filhos. Pesquisa de cunho qualitativo, inspirada no Estudo de caso, tendo como aporte teórico os seguintes autores: Capovilla (2011), Eyng (2016), Ludke e André (1986), Moura (2008), Moreira (2008), Pádua (2004), Rosa (2011) Skilar (2005) e Triviños (1987). Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram três mães de estudantes surdos que estudam numa escola de Ensino Fundamental I. Os dados revelaram que os alunos surdos precisam se adaptar às atividades pedagógicas, uma vez que elas são pensadas para os estudantes ouvintes e o professor, por sua vez, faz o acompanhamento desse estudante surdo para que estes possam realizá-las, o que é um fator a ser repensado tendo em vista que a escola regular é composta, em sua maioria, por profissionais sem formação específica para o trabalho pedagógico efetivo com esses estudantes surdos.

**Palavras-chave:** Inclusão. Escolar Regular. Estudantes surdos.

**ABSTRACT:** This article aims to understand how the process of inclusion of deaf students in the context of regular school occurs, in order to reflect on public policies of inclusion for deaf people, as well as analyze how parents of deaf students see the process of inclusion of their children. Qualitative research, inspired by the case study, with the following authors as theoretical support: Capovilla (2011), Eyng (2016), Ludke and André (1986), Moura (2008), Moreira (2008), Pádua (2004), Rosa (2011) Skilar (2005) and Triviños (1987). The collaborating subjects of the research were three mothers of deaf students studying in a Primary I school. The data revealed that deaf students need to adapt to the pedagogical activities, since they are thought for the hearing students and the teacher, in turn, makes the accompaniment of this deaf student so that they can perform them, which is a factor to be rethought having in view that the regular school is composed, in its majority, by professionals without specific training for the effective pedagogical work with these deaf students.

**Keywords:** Inclusion. Regular School. Deaf students.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo comprender cómo ocurre el proceso de inclusión de estudiantes sordos en el contexto de la escuela regular, con el fin de reflexionar sobre las políticas públicas de inclusión para las personas sordas, así como analizar cómo los padres de estudiantes sordos ven el proceso de inclusión de sus hijos. Investigación cualitativa, inspirada en el estudio de caso, teniendo como aporte teórico a los siguientes autores: Capovilla (2011), Eyng (2016), Ludke y André (1986), Moura (2008), Moreira (2008), Padua (2004), Rosa (2011) Skilar (2005) y Triviños (1987). Los sujetos que colaboraron con la investigación fueron tres madres de estudiantes sordos que estudian en una escuela primaria I. Los datos revelaron que los estudiantes sordos necesitan adaptarse a las actividades pedagógicas, ya que están pensadas para los estudiantes oyentes y el maestro, a su vez, monitorea a este estudiante sordo para que puedan realizarlas, lo cual es un factor a repensar considerando que la escuela regular está compuesta en su mayoría por profesionales sin formación específica para un trabajo pedagógico efectivo con estos estudiantes sordos.

**Palabras clave:** Inclusión. Escuela regular. Estudiantes sordos.

## INTRODUÇÃO

Inúmeros são os debates no âmbito da educação acerca da necessidade de inclusão da pessoa surda no contexto da educação regular, todavia faz-se necessário atentar para a problematização desse tema, pois nem sempre é considerada a diversidade dos sujeitos que compõe à escola e, ao invés do processo de ensino e aprendizagem adequar-se às necessidades dos alunos surdos, esses sujeitos são obrigados a adaptar-se a este processo de ensino e aprendizagem, por vezes, falho, o que contribui para que o aluno sinta-se frustrado à medida que não aprende e isto é reflexo não da incapacidade do sujeito



surdo, mas de um ensino desenvolvido na perspectiva da homogeneidade, embora muitas sejam as discussões a respeito de que nem todos aprendam da mesma maneira.

Ao considerarmos as discussões crescentes acerca da inclusão dos estudantes surdos nas classes regulares de ensino, podemos refletir sobre a necessidade de fortalecermos tais discussões considerando o lugar de fala desses sujeitos, tendo em vista que nem sempre trazemos para o centro do debate o olhar de quem vivencia cotidianamente a inclusão nas mais diversas realidades das instituições de ensino do nosso país, o que nos faz perceber a importância de ressignificar o debate a partir do olhar de quem está inserido em tal processo, uma vez que este é, certamente, um caminho viável e necessário para (re) pensar dentre tantas outras coisas, como tem se dado a inclusão no cotidiano educacional.

O estudo em questão surge a partir do anseio de ouvir às famílias dos estudantes surdos que estão inseridos nas escolas regulares de ensino, os quais cotidianamente sentem com maior efeito os paradigmas da inclusão e justifica-se, com efeito, sobretudo por se tratar de uma temática que, apesar de ser muito debatida, é necessário ser problematizada constantemente, pois nem sempre os estudos já empreendidos trazem à tona às vozes daqueles que conhecem com maior afinco a inclusão na prática à medida que vivencia cotidianamente os desafios de tal processo, ou seja, os estudantes e suas famílias.

Ao considerarmos que, embora os estudantes surdos e suas famílias conheçam com propriedade as causas da inclusão, nem sempre lhes são dadas oportunidades para relatar em forma de produções acadêmicas. Desse modo, nossa pesquisa intenciona dar visibilidade a tais experiências, sejam elas positivas ou não, para que possamos compreender como se delineia a inclusão no âmbito das nossas instituições de ensino regular da maneira mais fidedigna possível, pois sabemos que nem sempre o que está posto em legislação é o que se materializa na prática, o que se justifica, com efeito, o protagonismo dos atores sociais escolhidos para nos ajudar a materializar essa produção acadêmica. Para tanto, fez-se necessário elaborar uma pergunta, a qual norteou o desenvolvimento do estudo que aqui propomos, a saber: Como os pais de estudantes surdos enxergam a inclusão de seus filhos no contexto da escola regular? No intuito de encontrarmos possíveis respostas para a indagação aqui proposta, fez-se necessário elencarmos alguns caminhos a serem percorridos através de objetivos. Assim, traçamos os seguintes objetivos, os quais serão apresentados a seguir: **Objetivo geral:** Compreender



como ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no contexto da escola regular através do olhar de seus pais. Para alcançarmos o nosso objetivo geral aqui traçado, fez-se necessário elencarmos os objetivos específicos no intuito de viabilizar esse objetivo que se apresenta como o geral, os quais são apresentados a seguir: **Objetivos Específicos:** Apresentar um breve histórico sobre o processo de inclusão dos estudantes surdos no contexto da escola regular brasileira; Refletir sobre as políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa surda; Analisar como os pais de estudantes surdos veem o processo de inclusão de seus filhos no contexto da escola regular.

Na seção abaixo teceremos reflexões sobre o breve histórico de inclusão dos estudantes surdos no campo das instituições escolares brasileiras, visando assim, contemplar o nosso primeiro objetivo aqui proposto.

## **UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NO CONTEXTO DA ESCOLA REGULAR BRASILEIRA**

Ao nos reportarmos a história da inclusão dos sujeitos que possuem algum tipo de deficiência, não rara às vezes, percebemos que essas pessoas foram marginalizadas socialmente, sendo rotuladas através de preconceito e discriminação à medida que todo tipo de deficiência era associado à incapacidade e deveria ser tratada como algum tipo de patologia a ser curada pelos médicos e especialistas da área da saúde.

A nossa sociedade sempre foi marcada pela negação de quaisquer que fossem o tipo de deficiência e, no caso da surdez, mais especificamente por se tratar do foco do nosso estudo, havia uma dificuldade de aceitação e entendimento da surdez por parte dos pais que ao descobrirem a surdez de seus filhos, entravam num processo de busca pela “cura” de algo que deveria ser encarado como uma singularidade da criança, como revela Dalcin (2009) eram entendidas como pessoas doentes, pela medicina, pela pedagogia e, mais tarde pela psicologia, conclusões médicas indicavam que era uma anomalia que deveria ser erradicada, instigando a realização de várias pesquisas para descobrir as causas, tratamento e cura da surdez.

Não o bastante, na maioria das vezes os próprios médicos que se equivocam ao dar expectativa à família de que a criança pode ser curada da surdez, fazendo-os viver em luta constante, na busca de alternativas terapêuticas, mantendo a criança refém de



procedimentos médicos e isolamentos, como podemos refletir através dos estudos sobre o modelo médico biológico da surdez.

O congresso de Milão (1880) foi um dos eventos que baseado nesse modelo médico terapêutico foi decisivo para que a comunicação através da língua de sinais fosse extinta, como corrobora Sacks (2010) “o resultado do congresso em Milão foi um retrocesso na vida dos surdos, pois a autonomia pessoal e social que haviam conquistado por meio da língua de sinais foi interrompida”. Nesse sentido, é possível perceber as lutas das comunidades surdas em manter-se viva, haja vista que o congresso foi um evento oficial que decretou a utilização do oralismo, na tentativa de extinguir a língua de sinais.

Com isso, não se discutia a questão da inclusão tendo em vista que como Moreira (2008) aponta, a opressão que marca a vida dos surdos historicamente levou-os a uma busca de referência no outro que o nomeou como deficiente auditivo, ou seja, os ouvintes, o que nos permite inferir que os sujeitos surdos eram obrigados a se adequar a uma cultura ouvinte, encaixando-se a partir da construção de uma identidade enquanto deficiente auditivo, construção essa, forjada a partir das relações com a cultura ouvinte, que por vezes, responsabilizava esses sujeitos pelo próprio fracasso ao tentar encaixá-los na cultura dominante da linguagem oral.

Face ao exposto, ao fazermos essa breve retrospectiva histórica, podemos perceber que as pessoas surdas estiveram à margem das políticas públicas que de fato buscassem atender com qualidade às reais demandas desses sujeitos que necessitam da inclusão no sentido mais genuíno da palavra. Como corrobora Skliar (2005) a educação dos surdos no nosso país é marcada historicamente por impossibilidades que se traduzem na ausência de representação de fala desses sujeitos na elaboração de políticas educacionais que reconheçam as diferenças.

Reportar-se a trajetória sócio educacional dos sujeitos surdos é, portanto, um caminho necessário, pois nos permite a compreensão das lutas travadas por estes sujeitos na busca de inclusão através do reconhecimento de sua língua, das suas particularidades enquanto sujeito com potencialidades cognitivas capazes de ser desenvolvidas e ampliadas, uma vez dada as condições necessárias para tal desenvolvimento.

Os debates dentro da área educativa assumem o discurso da inclusão, todavia faz-se necessário, atentar para a problematização desse tema, com vista que, na maioria das vezes, não se trabalha a relação ‘todos’ em suas especificidades, o que contribui para que



a exclusão ainda esteja presente no contexto sócio educacional como um todo e, com isto, podemos refletir de acordo com Moura (2011) que a inclusão não pode ser efetivada plenamente se todas as pessoas envolvidas no processo não empreenderem esforços neste mesmo sentido, atentando-se para o fato histórico de que a exclusão se perpetua à medida que junta-se pessoas sem considerar suas singularidades e para, além disso, a inclusão é um processo complexo que só levará a resultados positivos se for vista como ato político e humano.

Nesse contexto, não podemos negar que a década de 90 foi um marco para a educação dos surdos, pois sabemos que foi a partir daí que houve a intensificação do debate acerca da inclusão das pessoas com necessidades especiais no contexto educacional por meio da Declaração de Salamanca, que tinha como um dos principais objetivos desenvolver melhorias de acesso à educação para as pessoas com necessidades especiais. Vale destacar também o papel fundamental das comunidades surdas do nosso país, através de lutas travadas pela busca do direito de utilização e oficialização da língua de sinais, como afirma Santos (2015), o ensino de Libras como segunda língua foi por um longo período, instrumentalizada por meio de cursos básicos de Libras, ofertados pelas comunidades surdas do Brasil.

Na seção seguinte faremos uma breve reflexão acerca das políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa surda no contexto da legislação brasileira, a partir da década acima citada.

### **As políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa surda: um olhar sobre a legislação a partir da década de 1990**

Em virtude das grandes bandeiras da inclusão iniciada desde 1990 com a Declaração Mundial de Educação para Todos que culmina em 1994, com a Declaração de Salamanca e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 os surdos vêm travando uma luta pela inclusão. Após o encontro, realizado em Salamanca na Espanha, foi construído um documento oficial que legaliza todas as Instituições educacionais a incluírem os alunos surdos nas salas regulares, com acompanhamento especializado, e direito de ser respeitado na sua língua, a Língua Brasileira de Sinais.

Nesse sentido, a partir das políticas de inclusão, os processos educacionais voltados para a surdez ganharam uma nova roupagem, tendo em vista a Lei n.º 10.436, de 24 de



abril de 2002, que reconhece “a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão”. Ao analisarmos a legislação podemos perceber que tivemos avanços significativos, pois a Libras foi oficializada, como um meio de comunicação e expressão, que assegura a criança surda o direito de ser matriculada numa turma de escola regular com garantia de meios e recursos que potencializem o seu desenvolvimento cognitivo.

Nesta mesma direção, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, versa que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Face ao exposto podemos verificar que a inserção dos alunos surdos nos espaços educacionais se intensificou, e partindo desse viés, é notável a preocupação em incluir a criança surda na rede regular de ensino para que não permaneça excluída do contexto educacional e social, através da inserção da LIBRAS nos cursos de formação docente, no entanto não podemos negar que, apesar dos avanços na legislação no que tange a educação dos surdos, a existência de Leis não garante que estes sujeitos tenham seus direitos efetivamente cumpridos, fazendo-se necessário refletir sobre a escola como espaço preparado para receber o aluno enquanto sujeito com suas especificidades, de modo a garantir o acesso e permanência, tendo em vista que o processo de inclusão requer entre outras coisas, mudanças de valores e posturas das pessoas, além de investimentos que coloquem em prática o que está posto na legislação e isto, podem ser refletidas através de uma breve leitura do contexto real quando adentrarmos o cotidiano das instituições educacionais e o confronto com o que diz a legislação vigente.

Outro fator passível de reflexão é que na maioria das vezes às políticas públicas carecem de uma maior participação das comunidades para as quais são pensadas, uma vez que o processo de escuta sensível e protagonismo dessas comunidades é certamente um caminho para assegurar que tais políticas sejam contextualizadas com as reais



necessidades, expectativas e anseios do público ao qual se destinam, trazendo assim, resultados mais positivos.

Para além disso, sabemos que a aprovação de legislação específica para as pessoas surdas ou com qualquer outro tipo de deficiência, por si só não asseguram a inclusão plena, pois além da falta de investimentos na aplicação dessas legislações no contexto real, falta ainda mecanismos de controle e fiscalização de aplicação dessas leis que versam sobre a inclusão e a diversidade seja no contexto educacional ou social como um todo no intuito de assegurar que seja traduzido no chão do cotidiano o que está posto no papel.

Portanto, ao discutirmos a inclusão de estudantes surdos no contexto da escola regular, podemos inferir que é um processo complexo que envolve inúmeras variáveis, as quais implicam diretamente no modo como ocorre tal processo no cotidiano das nossas instituições escolares, o que requer o repensar de posturas e práticas fadadas ao fracasso que permeiam, sobretudo à elaboração e implementação das políticas públicas educacionais.

Na seção seguinte abordaremos o caminho metodológico percorrido no processo de tessitura da pesquisa aqui apresentada.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Para o desenvolvimento do estudo proposto fez-se necessário traçarmos um percurso metodológico no intuito de adotarmos técnicas, instrumentos e procedimentos que melhor se adequem a nossa pesquisa. Assim, optamos pela abordagem de pesquisa de cunho qualitativo, pois permite uma melhor aproximação entre pesquisador e pesquisado e, principalmente, por ter como preocupação central os aspectos qualitativos, levando-se em consideração os elementos que envolvem as relações entre os sujeitos e suas subjetividades, e não apenas os dados quantificáveis. Neste sentido Ludke e André (1986) pontuam que:

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada (...). Preocupa-se em relatar a perspectiva dos participantes e tem um plano aberto e flexível focalizado à realidade de forma contextualizada (Ludke e André, 1986 p.13).

Face ao exposto, a pesquisa qualitativa é a mais adequada ao nosso estudo por nos possibilitar compreender a realidade de forma contextualizada a partir da perspectiva dos sujeitos colaboradores, sem preocupação com dados mensuráveis, uma vez que as relações entre sujeito e contexto não podem ser traduzidas em números.

A pesquisa é inspirada no estudo de caso por se tratar de uma realidade específica a ser estudada. Segundo Ludke e André (1986. p.17), “o caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular”. Portanto, o caso é similar e distinto ao mesmo tempo, pois envolve interesses próprios e singulares. De acordo com Pádua (2004, p. 74), “essa não é uma técnica que realiza a análise do indivíduo em toda sua unicidade, mas tenta abranger as características mais importantes do tema pesquisado”.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas semiestruturada com um roteiro de questões pré-formuladas por se tratar de um instrumento dinâmico, verdadeiro; uma relação de troca entre quem está respondendo e o pesquisador, através desses procedimentos proporcionarem um momento mais próximo, sendo que sujeitos e pesquisador estarão no mesmo ambiente e, por permitir maior flexibilidade em relação a novos questionamentos a depender das respostas do sujeito pesquisado. Na entrevista semiestruturada “[...] Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A presente pesquisa foi realizada em uma escola Pública do Ensino Fundamental no município de Valente-Bahia e, na oportunidade, foi feita entrevista semi estruturada com alguns sujeitos que vivenciam diariamente os desafios da inclusão no ambiente escolar, a saber, três pais de estudantes surdos que frequentam a escola regular.

Para tanto, a seção a seguir concentra-se em tecer reflexões acerca da análise dos dados coletados no contexto empírico, ao qual nos propomos a pesquisar.

### **A inclusão no contexto da educação regular: uma análise do contexto empírico**

Pensar a educação dos surdos na perspectiva da sua inclusão no ensino regular permite refletir o papel da escola em assegurar as condições necessárias para atender o

aluno surdo e trazer para a discussão o olhar de quem vivencia cotidianamente o processo inclusivo, de modo a refletir se o que está previsto nas políticas inclusivas são de fato efetivadas na prática e no cotidiano escolar. Desse modo, buscamos analisar como ocorre o processo de inclusão dos estudantes surdos no contexto da escola regular através do olhar de seus pais.

As mães entrevistadas têm seus filhos matriculados respectivamente no 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental I e nenhum possui histórico de repetência. Nas falas das mães entrevistadas foi evidenciado que as práticas pedagógicas quase não contemplam as necessidades do aluno surdo, uma vez que as atividades desenvolvidas são direcionadas para os alunos ouvintes e os professores fazem o acompanhamento para que os alunos surdos realizem da melhor forma possível.

Os dados revelaram também que os estudantes surdos ainda que inseridos no ensino regular, não recebem o atendimento necessário com presença de profissionais específicos, como professor e intérprete de libras, haja vista que questionado as mães sobre a presença de profissionais com formação específica para atender os alunos com surdez, elas relataram que:

*Não. Nenhum desses profissionais. (Mãe 01,2019)*

*Não. Tem um auxiliar de apoio em sala que orienta meu filho e demais alunos com deficiência, mas acredito que não tenha formação específica. (Mãe 02, 2019)*

*Não tem profissionais formados na área, apenas professores com formação na sua área, mas não especificamente em libras ou para acompanhar estudantes que tenham outras deficiências que não seja só surdo. (Mãe 03, 2019)*

À luz do que foi relatado há uma preocupação na alocação física dos alunos em estarem presentes na sala de aula, no entanto o processo inclusivo ainda é incipiente, pois ao mesmo tempo em que se recebe um aluno surdo, as condições mínimas necessária de aprendizagem, de interação, a troca de saberes entre colegas e professor não acontece, pois com a ausência de profissionais especializados para atender os estudantes surdos compromete a efetiva inclusão, ou seja, o aluno está integrado naquele contexto, mas não é levado em consideração que é também um sujeito em processo de formação e em construção de conhecimentos, que apresenta diferenças linguísticas. Nessa perspectiva, podemos pensar como a Declaração de Salamanca assegura as políticas educacionais e como na prática, partindo do viés inclusivo pode se tornar contraditória, quando afirmam que:



*As políticas educacionais deverão levar em consideração as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem de sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. (2003, p.25)*

Assim, podemos refletir ainda o que está posto nos estudos de Moura (2011) ao abordar a realidade dos alunos surdos, os quais se encontram inseridos numa escola acostumada a receber esses estudantes dispendo de todos os serviços, no entanto não tem nenhuma estrutura real de apoio a aprendizagem, uma vez que faltam questões mínimas, entre elas, o mecanismo básico de comunicação entre os sujeitos como ponte de construção do conhecimento, isto é a língua, o que podemos fazer um comparativo com a realidade estudada ao percebermos a falta de interprete e/ou professores com formação em Libras.

É possível destacar também que o ensino de Libras não é ofertado pelo ensino regular, embora a Lei Federal nº10436 de 24 de abril de 2002 oficialize essa língua como um meio de comunicação e expressão, que assegura as crianças surdas o direito de ser matriculada numa turma de escola regular com garantia de meios e recursos que potencializem o seu desenvolvimento cognitivo. Desse modo os alunos que são filhos de pais ouvintes não tem contato com sua língua

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 1 de janeiro de 2019.

CAPOVILLA, F.C. **Filósofos Educacionais em Relação ao surdo: do Oralismo à comunicação total ao bilinguismo**. Revista Brasileira de educação Especial, v.6, n.1, 2011, p.99-116.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

Decreto Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em janeiro de 2019.



EYNG, Daline Backes et.al. **A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes.** Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 52, p. 107-119, Curitiba, 2016.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 que Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em janeiro de 2019

LUDKE, Menga; ANDRÉ Marli E.D.A. **A pesquisa em educação. Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Patrícia Aparecida Leite. **O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda.** Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/compar1.2.php>. Acesso em junho de 2018.

MOURA, Maria Cecília de. **A escola bilíngue para surdos: uma realidade possível.** In.: SÁ, Nídia de (Org.). **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011. 302 p.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** – 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ROSA, Emiliana Faria. **Educação de surdos: entre a realidade e a utopia.** In: Sá, Nídia de (Org.). **Surdos: qual escola?** – Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.302.

SANTOS, Gildenir Carolino; PASSOS, Rosemary (Colab); SOUZA, Rogério Gualberto de (Colab). **Percorso científico: guia prático para elaboração de normalização científica e orientação metodológica.** Campinas: Arte Escrita, 2012. 154 p.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **Abordagens socioantropológicas em Educação Especial.** IN: **Educação e Exclusão: Abordagens Socioantropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997. 7-20 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.